

ARTÍFICES, ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA: A REFORMA ELEITORAL DE 1881 NO RECIFE

MARCELO MAC CORD*

A bibliografia mais tradicional entendeu que a cidadania somente é exercida através da participação política *strictu sensu*. Em estudo clássico, T. H. Marshall afirma que o caso inglês serve como modelo para o usufruto da cidadania plena, pois direitos civis, políticos e sociais foram conquistados um após outro¹. No bojo desta perspectiva, alguns analistas afirmam que o projeto nacional do império brasileiro, excludente, pouco teria favorecido a ampla participação dos mais pobres ou egressos da escravidão na vida institucional do país. Prova disto, entre outros, seria o voto censitário, instituído pela Constituição de 1824. Para tais estudiosos, a exclusão político-eleitoral dos referidos sujeitos históricos ganhou maior dimensão após a reforma de 1881, quando foram eliminados das listas eleitorais os analfabetos e aqueles que encontravam dificuldades para comprovar sua renda. Atentos à longa duração, por conta das peculiaridades do processo histórico brasileiro, autores como José Murilo de Carvalho chegam a afirmar que ainda vivemos, no tempo presente, em uma espécie de cidadania “incompleta”².

Nas últimas duas décadas, entretanto, alguns historiadores sociais alargaram a compreensão da categoria “política” e vêm demonstrando que, apesar da racialização e do seletivo processo eleitoral do Brasil Oitocentista, setores das classes subalternas (escravos, libertos, livres pobres etc.) exigiram direitos através de suas festas, associações religiosas e grupos de auxílio-mutuo. No bojo das novas abordagens, também observamos que algumas tradições e saberes dos africanos escravizados, e de seus descendentes, foram fundamentais para a construção de estratégias de

* Pós-doutorando e Pesquisador Colaborador do CECULT-UNICAMP. Participa do Projeto Temático *Trabalhadores do Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII ao XX)*. Ainda desenvolve, sob os auspícios da FAPESP, o projeto de pesquisa *A União Artística: trabalhadores especializados, identidade de classe e reivindicação de direitos. Recife, últimas décadas do Oitocentos*.

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 9 e 220.

² *Idem*, p. 219.

sobrevivência e projetos de liberdade³. No conjunto destas experiências, salientamos as muitas formas de negociação que confrontavam o cativo e a conquista da liberdade. Em especial, é preciso destacar as alforrias, pois muitas vezes foram obtidas a partir de ações judiciais⁴. Por conta destas novas análises, outros horizontes investigativos permitiram que os historiadores criticassem algumas afirmações mais clássicas de José Murilo de Carvalho, como a existência de uma espécie de cidadania em negativo nas ações menos institucionalizadas dos “de baixo” da pirâmide social⁵.

Tendo em vista os debates supra, proponho discutir, no XXVI Simpósio Nacional de História, alguns aspectos de meu projeto de pesquisa de pós-doutoramento, onde estudo “União Artística”, associação que funcionou no Recife das últimas décadas do Oitocentos. O escopo da entidade pernambucana, que reunia artífices qualificados, era proteger a “classe artística” e lutar para que seus representados tanto tivessem o direito de votar diretamente, quanto pudessem ser eleitos para as cadeiras legislativas. Apesar dos diálogos que travo com os mais recentes debates vinculados à História Social e à História Política, entendo que é possível alargar a compreensão da categoria “política” sem desconsiderar a relação entre cidadania e participação política *stricto sensu*. Neste sentido, minha investigação privilegia as estratégias de um grupo de artífices especializados pernambucanos que tinha a pele escura, mas que, através da instrução e da valorização do trabalho, acumulou uma série de conquistas sociais e conseguiu driblar os efeitos excludentes da reforma eleitoral de 1881.

³ Entre outros, ver: LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. SLENES, Robert W. Slenes. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁴ Entre outros, ver: GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a Mão e os Anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. 2002. Tese (Doutorado em História) – University of Waterloo, Canadá, 2002.

⁵ ABREU, Martha; MARZANO, Andrea. “Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República”. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 134.

As culturas políticas das classes subalternas recifenses

Entre as décadas de 1850 e 1870, o Recife testemunhou o crescimento exponencial de seu contingente de trabalhadores livres. Três fatores contribuíram para que a cidade experimentasse tal mudança: o tráfico interno (a maior parte dos escravos pernambucanos que foi revendida para as províncias do sul saiu da capital e de fazendas desvinculadas do mercado externo)⁶, a luta dos cativos por maior autonomia⁷ e o grande contingente de migrantes que vinha do *hinterland* (a “modernização” dos processos de produção do açúcar desempregou muita gente)⁸. Tendo em vista este quadro, existiu, no Recife, entre os trabalhadores livres, uma cada vez maior e mais acirrada disputa por serviços urbanos. Neste sentido, a capacidade de organização, o grau de coesão e a articulação política de certos grupos oriundos das classes subalternas eram fundamentais para sua sobrevivência cotidiana, pois lhes garantia maior competitividade no e pelo mercado-de-trabalho. As pesquisas que realizei no mestrado e no doutorado fundamentam tal afirmativa.

Defendida em 2001, minha dissertação de mestrado analisou a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antonio. Através da Coroação do Rei do Congo (que deveria ser um destacado confrade negro, livre e com alguma posse), a entidade leiga controlava uma série de serviços urbanos. O soberano de referência centro-africana tinha um séquito de “Governadores de Pretos” que coordenavam diversas categorias profissionais, como carregadores de caixas de açúcar, canoeiros, capoeiras e boceteiras. No terceiro quartel do Oitocentos, o Rei do Congo Dom Antonio de Oliveira Guimarães e seus aliados construíram profundas relações de compromisso com alguns membros do Partido Conservador. Os Guabirus precisavam do apoio das “hierarquias negras” para dialogar com determinados grupos de votantes e conseguir mão-de-obra livre comprometida com a ordem pública. Em contrapartida, os

⁶ SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery*. 1976. Tese (Doutorado em História) – Stanford University, 1976, p. 214.

⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

⁸ EISENBERG, Peter Louis. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

irmãos e patenteados de cor receberam favores e empregos de seus patronos, alijando assim seus competidores mais diretos⁹.

Os estudos e as pesquisas para o mestrado permitiram que eu travasse contato com a Irmandade de São José do Ribamar, que congregava carpinteiros, pedreiros, tanoeiros e calafates. Diferentemente da congênere do Rosário, os confrades do Santo Carpinteiro estiveram reunidos em uma irmandade embandeirada. Ou seja, a entidade leiga também era uma corporação de ofício. Fossem nacionais ou estrangeiros, os mestres daquelas quatro artes mecânicas tinham o privilégio de controlar seus mercados e a aprendizagem de suas profissões. No Livro de Matrícula da confraria, ainda encontramos artífices com outros níveis de especialização, fossem escravos ou livres. Entretanto, a outorga da Constituição de 1824 extinguiu o monopólio que era usufruído pelos referidos artífices. Segundo Gilberto Freyre, os carpinteiros e pedreiros forjados na tradição corporativa sofreram outro duro golpe em finais da década de 1830. Os “melhoramentos materiais” promovidos pelo Barão da Boa Vista trouxeram para o Recife quase 200 operários alemães, que teriam desempregado os mestres de obras locais e suas equipes¹⁰.

Insatisfeito com o “sumiço” dos carpinteiros e pedreiros da Irmandade de São José do Ribamar dos canteiros de obras recifenses, desenvolvi meu projeto de doutorado com o intuito de rastreá-los e explicar aquela repentina derrocada (ao menos aparente) de um grupo de artesãos que possuía forte identidade corporativa e compartilhava costumes comuns. Em minha tese, defendida em 2009, demonstrei que, apesar do fim das corporações de ofício e da chegada dos alemães, os confrades de São José do Ribamar reinventaram suas tradições e mantiveram bons níveis de empregabilidade¹¹. Em 1838, as autoridades pernambucanas aprovaram o novo Compromisso da entidade leiga, que ainda respeitava as hierarquias artesanais (entre outros artigos, o regulamento determinava que somente os mestres poderiam ocupar os principais cargos da Mesa Regedora). Entretanto, duas novidades surgiram no documento: a proibição da matrícula de escravos e a exclusiva eleição de peritos nacionais para as funções deliberativas.

⁹ MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005.

¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Um Engenheiro Francês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

¹¹ MAC CORD, Marcelo. *Andaimos, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, 2009.

As novidades do Compromisso dialogavam com as conjunturas do período em quadro. Cada vez mais, os escravos eram considerados “ineptos” para o trabalho, por conta de sua “má vontade” e “falta de inteligência”¹². Para serem respeitados profissionalmente e conseguirem serviços em uma cidade que se “modernizava”, os irmãos que eram artífices precisavam dissociar sua imagem do “mau trabalhador”. Por sua vez, o veto aos estrangeiros na Mesa Regedora era uma forma de valorizar o artífice pernambucano, preterido na condução das obras de “melhoramentos materiais” da cidade do Recife. Concorrentemente, no comércio a retalho também havia uma crescente campanha contra os “marinheiros” (ou seja, portugueses), que “roubavam” os empregos dos nacionais. Em 1843, no bojo destes conflitos, dissidentes do Partido Conservador e do Partido Liberal fundaram o Partido Nacional de Pernambuco (mais conhecido como Partido da Praia). Apoiado pelas camadas médias urbanas, uma de suas principais propostas era nacionalização dos postos de trabalho¹³.

No seio da Irmandade de São José do Ribamar, um pequeno grupo de mestres carpinas e pedreiros (pretos e pardos livres, nascidos em Pernambuco¹⁴) resolveu aprofundar a reinvenção de seus costumes. Em 1841, os peritos fundaram uma associação que somente seria composta por homens de mesmo perfil sócio-profissional. Na nova entidade, eles exercitariam práticas de auxílio-mutuo e, através de aulas noturnas, buscariam maior nível de “aperfeiçoamento” possível. A partir de suas próprias experiências e expectativas, mas reinterpretando convenientemente o discurso “modernizador” das elites letradas e proprietárias, o grupo que surgia construiu uma interpretação alternativa de “progresso” e “trabalho disciplinado”. A proposta de morigeração, inteligência nos ofícios artesanais e mérito realmente sensibilizou os políticos locais. Em 1844, uma ajuda financeira anual foi votada em favor da agremiação que dava seus primeiros passos. Ela foi justificada pela falta de

¹² CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2005, p. 35.

¹³ MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 209.

¹⁴ Em minhas pesquisas de mestrado e doutorado, percebi que, em Pernambuco Oitocentista, o termo “preto” também era usado para se referir aos indivíduos que tinham a pele escura, haviam nascido na Província e eram livres. No Rio de Janeiro, o termo “preto” era associado ao africano escravizado. MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio*. MAC CORD, Marcelo. *Andaimés, Casacas, Tijolos e Livros*.

estabelecimentos escolares profissionalizantes, por seu baixo custo aos cofres públicos e pelo bom exemplo que poderia suscitar.

Na década de 1850, o fim do tráfico de africanos escravizados e a Exposição Universal de Londres foram fundamentais para o fortalecimento da associação. Ela era uma das poucas referências locais para os legisladores pernambucanos pensarem em políticas de controle da mão-de-obra livre. Não por acaso, a lei provincial que previa a montagem de uma Escola Industrial acabou dialogando com a experiência dos sócios. Por mais que este estabelecimento tenha ficado somente no papel, o grupo de artistas mecânicos conseguiu conquistar a função de mantenedor do empreendimento. Ao comemorar seu décimo aniversário, a associação mudou de nome e reformou seu Estatuto. De “Sociedade das Artes Mecânicas”, ela passou a ser reconhecida como “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Neste momento, os artífices construíram ligações mais efetivas com membros das elites letradas e proprietárias, abriram suas matrículas para toda a “classe artística” e reafirmaram com mais ênfase o uso da inteligência nas artes mecânicas. Por todas estas razões, conseguimos encontrar muitos de seus mestres pardos e pretos trabalhando em diversas obras públicas e frequentando escolas primárias e secundárias do Recife.

O crescimento do prestígio da associação criou muitas tensões com a Irmandade de São José do Ribamar, que levaram a uma ruptura entre elas. Até meados da década de 1860, as duas agremiações estiveram sediadas na Igreja de propriedade da confraria. A insistência da Sociedade em ocupar mais espaços físicos e simbólicos no Templo devotado ao Santo Patriarca criou grandes atritos entre facções de irmãos e sócios (antes e depois do rompimento institucional, já que muitos confrades permaneceram sócios e vice-versa). Expulsa da Igreja de São José do Ribamar por causa destes conflitos, a então “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” passou por momentos institucionais bastante críticos. Desalojado e com seus pertences guardados em depósito público, o grupo de artífices teve sua existência ameaçada pelas contingências. Contudo, as redes de clientela da associação permitiram que os artífices se reorganizassem em um novo endereço, mesmo que as aulas noturnas tivessem sofrido fortes abalos. Foi neste período que diversos políticos e empreiteiros passaram a integrar seus quadros, como Sócios Honorários e Beneméritos, enquanto o mercado de edificações públicas recrudescia algumas práticas mais liberalizantes.

A presença das elites letradas e proprietárias no Livro de Matrículas da Sociedade aumentou ainda mais em princípios da década de 1870. Não é coincidência o fato de a Sociedade ter conquistado, nesse período, o privilégio de administrar o futuro Liceu de Artes e Ofícios e ostentar o título de “Imperial”. A entidade artística fundada e controlada por artistas mecânicos de pele escura entrava definitivamente para o *establishment* pernambucano, pois assumiu a missão de participar das políticas nacionais de “instrução popular”. Muitos artífices que ficaram alijados das benesses advindas do consórcio entre Sociedade e Liceu ficaram descontentes e romperam com o grupo. Contudo, um pequeno número de artistas mecânicos de cor conseguiu capitalizar muitas vantagens e escapar da crescente “proletarização” que se espalhava pelos canteiros de obras da cidade do Recife. Apesar da presença marcante da “boa sociedade” nas vivências da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, os artífices que eram descendentes de (ex-)escravos continuaram a ser os protagonistas desse espaço institucional, profissional e de sociabilidades.

Como se pode observar, as pesquisas que realizei tornam evidente que, no Recife do terceiro quartel do século XIX, as classes subalternas conheceram múltiplas experiências organizativas. Sem dúvida, o mundo do trabalho foi algo central nestas vivências. Como acontece com muitos historiadores, a investigação que agora desenvolvo surgiu quando preparava minha tese. No início da década de 1870, alguns mestres de cor da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” planejaram a criação da “União Artística”. A entidade em gestação teria duas metas. A primeira delas, promover a fusão das sociedades mutualistas que reuniam os trabalhadores especializados da capital pernambucana, que assim disporiam de maior representatividade para lutar pela “classe dos artistas”¹⁵. A segunda meta era que seus membros conquistassem espaços políticos *strictu sensu*, estratégia que deveria ser coroada com a chegada dos artífices “à representação nacional”¹⁶. No bojo deste debate,

¹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Recife. Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 58v.

¹⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Recife. Hemeroteca, “União Artística”, *O Echo Artístico*, 25/1/1876.

Marc Hoffnagel afirma que o grupo em formação também queria pleitear “uma mudança na legislação eleitoral que elevaria os votantes ao *status* de eleitor”¹⁷.

É importante sublinhar que ambos os objetivos da “União Artística” encontravam sustentação programática nas próprias conjunturas imperiais e pernambucanas. Na oportunidade em que o novo projeto associativo era discutido, outras importantes categorias profissionais recifenses já estavam organizadas em grupos de auxílio-mútuo¹⁸. Entre eles, além da própria “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, encontramos a “Filantrópica dos Artistas”, a “Tipográfica Pernambucana”, a “União Beneficente dos Artistas Seleiros” e a “Filantrópica Beneficente dos Artistas Alfaiates”¹⁹. As mutualistas em foco foram constituídas ou reorganizadas a partir de 1860, quando foram aprovadas pelo poder central a Lei de número 1.083 e o Decreto de número 2.711. Estas regras preconizavam uma forte vigilância sobre a livre iniciativa nas vidas financeira, econômica e associativa do país²⁰.

No tocante às reivindicações eleitorais, os idealizadores da “União Artística” também estavam atentos ao que ocorria à sua volta. Entre os anos de 1860 e 1875, os *círculos* de três deputados gerais pretendiam ampliar a representação das minorias no parlamento imperial, mas “desde que não fosse afetado o papel mediador das elites

¹⁷ HOFFNAGEL, Marc Jay. “Rumos de Republicanismo em Pernambuco”. In: SILVA, Leonardo Dantas da (org.). *A República em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990, p. 166.

¹⁸ No Recife da década de 1870, o significativo número de associações vai ao encontro de uma tendência observada em outras cidades. A Corte testemunhou a fundação de diversas mutualistas “em fins dos anos 1860 e ao longo dos anos 1870”. BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 59. Em São Paulo, várias mutualistas também foram criadas a partir de 1872. DE LUCA. *O Sonho do Futuro Assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990, p. 9.

¹⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Recife. Setor de Documentos Impressos, *FALLA com que o Exm. Sr. Commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a Sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1874*. Pernambuco: Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1874, p. 71.

²⁰ IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848-1866”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. T. 2. V. 5. 8ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004, p. 99. JESUS, Ronaldo Pereira de. “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”. In: CARVALHO, Carla M. de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006, pp. 285-304. NOMEINI, Paula Christina Bin. *Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo o estudo da classe operária*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004, p. 96.

nacionais”²¹. Os *círculos* fortaleceram o poder local nas decisões do governo central, permitindo que as províncias tivessem maior ressonância parlamentar na Câmara²². No alvorecer da década de 1870, segundo Marc Hoffnagel, setores das “classes laboriosas” recifenses foram motivadas a participar deste intrincado e tenso jogo político²³. Neste sentido, acredito que os discursos de maior representatividade político-eleitoral tenderam a ecoar nos grupos de trabalhadores livres que apostavam em sua organização formal e melhor sistematizavam suas mais diversas reivindicações sociais²⁴.

A "União Artística" e a História Social de Pernambuco.

A análise do planejamento da “União Artística” permite que cheguemos a uma importante conclusão: no Recife da década de 1870, determinados trabalhadores especializados fortaleciam uma identidade coletiva que extrapolava os costumes de ofício, atitude que permitia que pleiteassem conquistas políticas mais amplas. Entretanto, apesar de tentar instituir relações horizontais mais sólidas, o paternalismo marcou o processo de fundação da entidade e, em meados daquela década, o posicionamento pró-Partido Conservador da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” mobilizou seus adversários. Além disso, em 1876, a mutualista perdeu sua centralidade quando da fundação da “União Artística”. Segundo *O Echo Artístico*, essa entidade de classe iniciou suas atividades no dia 23 de janeiro daquele ano²⁵. O primeiro encontro ocorreu no escritório da própria folha, que tomou para si a condução da idéia que circulava no Recife. A comparação dos nomes dos mesários e comissários da “União Artística” com os dos principais membros da “Imperial

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p. 365.

²² LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o pensamento político imperial*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, 2007, p. 234.

²³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. 1975. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, 1975, pp. 128 e seguintes. HOFFNAGEL, Marc Jay. “Rumos de Republicanismo em Pernambuco”, pp. 157-179.

²⁴ No Rio de Janeiro da década de 1870, por exemplo, grupos de trabalhadores livres e organizados haviam começado a se mobilizar no sentido de formar um partido político. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 116.

²⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Recife. Hemeroteca, “União Artística”, *O Echo Artístico*, 25/1/1876.

Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” confirma a distância entre as duas organizações²⁶.

O afastamento institucional entre “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e “União Artística” dialogou com conflitos partidários. *O Echo Artístico* era uma folha que vinha sendo impressa na tipografia d’A *Província*, que possuía íntimas relações com o Partido Liberal²⁷. Outra peculiaridade que caracterizava o jornal oposicionista era o apoio que recebia de José Mariano²⁸. O pernambucano abraçava idéias “estranhas ao Trono” e esteve diretamente vinculado a alguns conflitos ocorridos durante a “Questão Religiosa”²⁹. Havia, portanto, sólidas alianças entre a recém fundada “União Artística”, *O Echo Artístico*, os liberais radicais e os republicanos. Sendo assim, é compreensível que os mandatários da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” estivessem excluídos dos lugares de poder da “União Artística”. Entretanto, por mais que os grupos hegemônicos da mutualista estivessem sem legitimidade organizacional para falar em nome da “classe artística”, as disputas pela liderança dos trabalhadores mais ou menos especializados continuaram agitando a cidade do Recife.

No dia 3 de janeiro de 1877, o *Diário de Pernambuco* publicou uma convocatória intitulada “Manifestação Popular”³⁰. Às 4 horas da tarde do dia 7, “um grande número de artistas” prometia se concentrar na Igreja de São Pedro dos Clérigos³¹. Em seguida, os idealizadores do evento pretendiam caminhar até o Palácio

²⁶ Nenhum dos primeiros mandatários da “União Artística” fazia parte daquela mutualista. O Presidente escolhido foi H. Clorindo Taylor. José Pereira Monteiro Pessoa foi o Primeiro Secretário. A Segunda Secretaria foi ocupada por Manoel Antonio Azevedo Pontes. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Recife. Hemeroteca, “Reunião Artística”, *O Echo Artístico*, 25/1/1876.

²⁷ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco*. V. 2. Recife: Editora Universitária UFPE, 1966.

²⁸ *Idem, ibidem*.

²⁹ A “Questão Religiosa” ganhou projeção a partir de maio de 1872, quando Dom Vital foi nomeado Bispo de Olinda e Recife. A nova autoridade eclesiástica questionava o regalismo, pois acreditava na supremacia do poder espiritual sobre o secular. Tal pensamento estava em comunhão com o “ultramontanismo”, que primava pela obediência às normas ditadas por Roma e pelo combate a laicização do Estado. Os “ultramontanos” também pregavam a infalibilidade da Igreja Católica, desprezavam os valores da Modernidade e criticavam os “modos de sentir dos homens do século XIX”. TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968, pp. 105-112. Para uma discussão mais minuciosa sobre a “Questão Religiosa”, ver: BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial*, São Paulo e Rio de Janeiro (1864-1888). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

³⁰ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Recife. Hemeroteca, “Manifestação Popular”, *Diário de Pernambuco*, 3/1/1877.

³¹ *Idem, ibidem*.

da Soledade e presentear Dom Vital com “uma pena de ouro e uma escrivadinha de prata”³². Na perspectiva dos organizadores, esta seria uma forma de demonstrar solidariedade ao religioso e compensá-lo dos constantes ataques políticos que recebeu na “Questão Religiosa”. As fontes disponíveis são imprecisas quanto ao número de manifestantes que apoiaram o Bispo de Olinda e Recife. Entretanto, no dia 11, o *Diário de Pernambuco* publicou um abaixo-assinado com 131 signatários. O documento exaltava o sucesso da festividade ocorrida no domingo e contava com o aval de diversos Sócios Efetivos da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Entre eles, merecem especial menção Felix de Valois Correia, Pedro Paulo dos Santos, Antonio Basílio Ferreira Barros e José Vicente Ferreira Barros Junior³³. Para estes homens, defender Dom Vital também era uma forma de atacar as lideranças da “União Artística”, os liberais radicais e os republicanos.

No próprio dia 3, a mesma convocatória publicada no *Diário de Pernambuco* também saiu no *Jornal do Recife*³⁴. Entretanto, junto dela, a folha trouxe outra nota. Um grupo que dizia representar os carpinteiros e marceneiros retrucou o texto intitulado “Manifestação Popular”, ao ironizar o tal “grande número de artistas” que reconhecidamente apoiava os “jesuítas”³⁵. No dia seguinte, o *Jornal do Recife* ainda divulgou o manifesto “Audácia Jesuítica”, que afirmava “que a nobre classe artística desta província era indiferente à manifestação que em seu nome engendram fazer alguns impostores”³⁶. No dia 5, foi a vez dos tipógrafos declararem que “não foram consultados nem prestam apoio à manifestação que em nome da classe artística se acha anunciada para domingo”³⁷. Na mesma edição, outras categorias também protestaram: ourives, cabeleireiros, chapeleiros, seleiros, armadores, ferreiros, serralheiros, maquinistas, charuteiros e cigarreiros³⁸. Parece evidente que o antijesuitismo destes

³² *Idem, ibidem.*

³³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Recife. Hemeroteca, “Ainda a manifestação artística”, *Diário de Pernambuco*, 11/1/1877.

³⁴ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife. Setor de Microfilmes, “Manifestação Popular”, *Jornal do Recife*, 3/1/1877.

³⁵ *Idem, ibidem.*

³⁶ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife. Setor de Microfilmes, “Audácia Jesuítica”, *Jornal do Recife*, 4/1/1877.

³⁷ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife. Setor de Microfilmes, *Jornal do Recife*, 5/1/1877.

³⁸ *Idem, ibidem.*

trabalhadores caminhava junto com o questionamento da liderança pretendida pelos artífices ligados aos conservadores.

Tendo em vista as peculiaridades que marcaram a montagem e fundação da “União Artística”, três argumentos apontam para a pertinência de se aprofundar seu estudo. O primeiro deles é a possibilidade de se analisar a construção de uma identidade de classe mais ampla, mesmo que os idealizadores e primeiros membros da nova entidade, que eram artífices especializados, fossem seletivos e excludentes. Nos corações e mentes destes homens existia a crença de que eram diferentes e desiguais dos indivíduos que trabalhavam compulsoriamente ou sem qualificação. Prova contundente da “dignidade” que os pioneiros da “União Artística” acreditavam possuir é seu projeto político de conquistar cidadania plena, direito usufruído pelos membros das elites letradas e proprietárias. Compreender as complexidades supra mencionadas somente é possível quando questionamos a categoria “classe” como algo modelar. Ou seja, parafraseando E. P. Thompson, a “classe artística” recifense não pode “ser descrita como ‘fragmentária’ ou ‘incompleta’” porque desconsiderava uma irrestrita solidariedade horizontal³⁹.

O segundo argumento que demonstra a pertinência de se estudar a “União Artística” é o combate que certos grupos de trabalhadores especializados travaram, entre si, para controlá-la. Como vimos, os jornais indicaram que esta disputa extrapolou os muros da entidade recifense. No bojo destas tensões, cada conjunto de artífices que esteve envolvido com a nova organização queria impor sua própria perspectiva do que seria a “legítima” identidade da “classe artística”. Entendo que tal conflito talvez fosse motivado por rixas étnicas, nacionais e profissionais, além das conhecidas divergências de cunho político-partidário. Neste sentido, pensar sobre a construção da “classe artística” pernambucana também permite que encontremos algo concorrente às clivagens entre trabalhadores considerados “respeitáveis” e “vis”. Apesar de os primeiros se alinharem como *iguais* em finais do Oitocentos, é possível observar que alimentavam muitas diferenças, o que reforça a noção de que a categoria “classe” surge “como processo e relação e não como um lugar estrutural”⁴⁰.

³⁹ THOMPSON, E. P. “As Peculiaridades dos Ingleses”. *Textos Didáticos*, v. 1, n. 10, 1998, p. 31.

⁴⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 21.

Por fim, em meio às disputas pelo controle da “União Artística”, é relevante destacar como os grupos de artífices rivais capitalizaram as disputas partidárias de seus patronos. Na entidade de classe que pretendia conquistar novos direitos para seus filiados, os acordos entre grupos de artífices e membros da “boa sociedade” permitiram que fossem estabelecidas mais dissensões do que parecia ser inicialmente o *mesmo*. Enquanto estava no campo das idéias, o projeto da nova associação era capitaneado pela “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, simpática aos membros do Partido Conservador. Em 1876, ano de sua fundação, os cargos diretivos da “União Artística” ficaram sob o controle dos trabalhadores que eram aliados de republicanos e liberais mais exaltados. A partir destas peculiaridades, por exemplo, o objeto deste estudo permite que relativizemos a absoluta manipulação dos “de baixo” da pirâmide social nos processos eleitorais⁴¹. De fato, por mais que o voto censitário fosse excludente, acredito que seja muito simplista a idéia de que os artífices em foco sempre estivessem submetidos às demandas dos cidadãos que podiam eleger e ser eleitos.

Considerações finais

No atual estágio de minhas pesquisas, para além do que foi analisado em outros momentos desse texto, consigo perceber que, na primeira metade da década de 1880, a “União Artística” perdeu representatividade no Recife. A “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” empunhou sua bandeira política e conseguiu adequar as demandas político-eleitorais dos artífices especializados às determinações da reforma de 1881 – a respectiva lei excluía dos pleitos os analfabetos e os que encontravam dificuldades para comprovar sua renda. Vale destacar que alguns mestres de ofícios que eram sócios da entidade artística foram alistados como eleitores nos anos de 1881 e 1884. Prova disto e do enfraquecimento da “União Artística” foi a entrada de José Mariano na mutualista criada por mestres de obras de pele escura. Associado no final do ano de 1880, quando a reforma eleitoral era debatida na Corte, o liberal pernambucano

⁴¹ Entre outros trabalhos que minimizam a ativa participação política dos votantes, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

percebeu que, brevemente, precisaria dos votos dos peritos que comprovavam renda (pois pagavam o imposto das profissões) e eram alfabetizados.

Apesar de a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” ser um tradicional reduto político conservador, especialmente explorado por Manoel do Nascimento Machado Portela (havia sido Presidente da Província de Pernambuco e Diretor do grupo de artífices em algumas gestões da década de 1870), observamos que a entrada de José Mariano teve importante significado: os sócios que eram artífices tinham autonomia para definir suas diretrizes institucionais. Parece evidente que, em nova conjuntura legislativa, homens públicos como Machado Portela e José Mariano não poderiam prescindir do apoio de trabalhadores especializados que podiam comprovar renda e eram letrados. Por sua vez, os sócios entenderam a importância da ampliação de suas redes de favor e enfrentaram, com certa coragem, as disputas partidárias. De fato, nas eleições de 1881 e 1884, nos 1º e 2º Distritos, que abrangiam os bairros centrais do Recife, Machado Portela e José Mariano foram eleitos Deputados Gerais. No mesmo período, certamente como pagamento pelo apoio em ambos os pleitos, a associação conseguiu uma verba anual de 10.000\$000rs do Governo Central.

A partir dos resultados parciais de minha investigação, entendo que seja possível relativizar a categoria “estadania” quando buscamos compreender os processos sociais vivenciados no Brasil Império. As lutas e demandas dos artífices recifenses encontraram eco na vida política provincial, sendo inclusive apropriadas por seus patronos. Mais do que isso, acredito que seja possível afirmar que os artífices que estudo, ao serem alavancados à condição de eleitores, tiveram sua cidadania (no sentido mais clássico do termo) confirmadas. Na eleição de 1891, por fim, os artífices especializados conseguiram eleger um de seus consócios, Telles Junior, ex-maquinista, ao posto de Deputado Estadual – na Câmara dos Deputados de Pernambuco, da recém proclamada república, um de seus mais importantes projetos de lei foi a jornada de trabalho de 8 horas. Em breve, é sobre os significados desta eleição que me debruçarei.

Bibliografia

ABREU, Martha; MARZANO, Andrea. “Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República”. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial, São Paulo e Rio de Janeiro (1864-1888)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, v. 6, n. 10/11, 1999.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

_____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LUCA. *O Sonho do Futuro Assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990.

EISENBERG, Peter Louis. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Um Engenheiro Francês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. 1975. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, 1975.

_____. “Rumos de Republicanismo em Pernambuco”. In: SILVA, Leonardo Dantas da (org.). *A República em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990.

IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848-1866”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. T. 2. V. 5. 8ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

JESUS, Ronaldo Pereira de. “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”. In: CARVALHO, Carla M. de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o pensamento político imperial*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, 2007.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimas, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, 2009.

_____. *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. 2002. Tese (Doutorado em História) – University of Waterloo, Canadá, 2002.

MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a Mão e os Anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco*. V. 2. Recife: Editora Universitária UFPE, 1966.

NOMELINI, Paula Christina Bin. *Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo o estudo da classe operária*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.

SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery*. 1976. Tese (Doutorado em História) – Stanford University, 1976.

_____. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, E. P. “As Peculiaridades dos Ingleses”. *Textos Didáticos*, v. 1, n. 10, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.